

Fome Zero

Diretrizes Gerais do Projeto

Objetivo:

Desenhar políticas que possam erradicar a fome no Brasil no curto prazo

Problema:

A erradicação da fome não é apenas uma questão política que se coloca para os governos mas também uma questão que exige um profundo conhecimento técnico. Não existe consenso sobre diversos elementos que nos permitam construir um quadro realista da fome no nosso país. Da mesma forma, as avaliações sobre os programas de combate a fome até agora estabelecidos não nos permitem ter uma visão completa sobre seus custos e sobre o seu alcance diante das metas previamente estabelecidas.

Nos últimos anos as políticas de combate à fome se pautaram por dois principais conjuntos de ações, a saber: assistencialistas e de intervenção na oferta. No primeiro conjunto, tivemos uma mistura de atuações emergenciais e permanentes que se basearam unicamente na distribuição de cestas de alimentos para a população carente. Essas ações se intensificaram a partir de 1993 com a campanha do Betinho que deram origem, logo em seguida, ao PRODEA do governo FHC. No segundo conjunto de ações estão as várias formas de intervenção pública aproximando a oferta da demanda e reduzindo custos. Entre estas intervenções podemos elencar os sacolões, varejões, PROVE, restaurantes populares, compras solidárias e outros.

Mais recentemente, novos programas surgiram e outros antigos evoluíram visando promover a renda das populações carentes evitando o clientelismo, o assistencialismo e outros males ligados às práticas descritas anteriormente. Nesse conjunto de esforços estão os programas de renda mínima, bolsa-escola e a ação da aposentadoria rural em regiões com alta participação de miseráveis.

Visando atingir os objetivos do programa Fome Zero nenhum tipo de ação, seja ela assistencialista ou não, pode ser descartada. O problema está em avaliar custos, público beneficiado, práticas e atuação do poder público em cada tipo de programa.

Algumas questões paralelas também se apresentam e estão ligadas ao problema da fome. Entre essas podemos citar as questões ligadas aos aspectos nutricionais de populações de risco (recém-nascidos e idosos), merenda escolar, vigilância sanitária, controle de qualidade etc. Todos esses aspectos do problema não são simplesmente residuais. Pelo contrário, dependem de políticas específicas e podem ser influenciados pela indecisão quanto a esfera de poder envolvida na sua operacionalização e as fontes de recursos que serão destinadas.

Proposta de trabalho:

O Fome Zero deverá se desenvolver em três etapas, como se segue:

Na primeira etapa, os especialistas de cada área que foram contatados deverão elaborar estudos sumários sobre os seus temas. Esses especialistas foram contatados ao longo dos meses de novembro e dezembro de 2000 e também na reunião de instalação do projeto no dia 7 de novembro de 2000. A partir do contato inicial, esses especialistas enviaram propostas de trabalho que foram discutidas com a equipe de coordenação. Em função das propostas foi desenvolvido um roteiro de trabalho e esse documento dará origem a um texto de 20 a 30 páginas para o início de março de 2001.

Os textos compilados e resumidos serão a base para a preparação de um Caderno Cidadania Fome Zero. O projeto deverá prosseguir na sua segunda fase com três seminários onde serão apresentados os resultados do Caderno mencionado e se buscará obter discussão e subsídios com o público participante dos seminários assim como com a opinião pública. Os seminários deverão se desenvolver nos meses de maio a agosto de 2001.

Finalmente, na terceira fase, em outubro de 2001, será realizado o lançamento do programa Fome Zero com as principais conclusões apresentadas por especialistas e pelos debates realizados nos três seminários programados. O formato final do Fome Zero será apresentado à sociedade como proposta de governo.

Formato do documento final:

O documento final a ser apresentado em outubro deverá ter preliminarmente quatro seções:

1. Avaliação e quantificação do problema da fome. Avaliação do mapa da fome, números oficiais e crítica da metodologia utilizada. Retrospectiva dos compromissos oficiais e das principais ações de combate à fome no Brasil.
2. Avaliação dos programas assistenciais e dos programas de apoio à renda para populações carentes.
3. Propostas de ação elencando custos, responsabilidades e operacionalização de cada programa de combate à fome. Análise das questões ligadas ao financiamento desses programas. Responsabilidades compartilhadas por nível de governo, sociedade civil, ONGs e empresas.
4. Resultados esperados

Metodologia:

Os documentos e propostas serão baseados na experiência e na revisão das pesquisas e estudos já desenvolvidos.

Textos já encomendados:

(não seguem uma ordem lógica e sim cronológica)

- 1) Avaliação e crítica das informações sobre pobreza, desigualdade e público –alvo dos programas de combate à fome.
- 2) Revisão das principais iniciativas do governo e da sociedade civil para o combate à fome.
- 3) Avaliação da capacidade de produção da agricultura brasileira considerando as atuais tendências de exportação
- 4) Impactos da Previdência Rural no perfil nutricional das populações
- 5) Análise do PRODEA: mecanismos de compra, descentralização e custos do programa.
- 6) Estudo dos hábitos de compra de alimentos das populações rurais
- 7) Análise do Estatuto do Bom Samaritano e da atuação das entidades beneficentes no combate à fome.
- 8) Mecanismos de compra eletrônica centralizada de alimentos por parte do poder público
- 9) Caracterização dos sistemas de fornecimento de merenda escolas
- 10) Qualidade, rotulagem e certificação dos alimentos
- 11) Avaliação do PAT – Programa de Alimentação do trabalhador enquanto mecanismo de apoio à alimentação.
- 12) Impactos da tributação nos preços dos alimentos voltados para a população de baixa renda.
- 13) Análise das distorções na regulamentação da promoção comercial na venda de alimentos
- 14) Acesso e sustentabilidade do sistema alimentar
- 15) Armazenamento e logística da intervenção governamental pela via dos estoques reguladores
- 16) Atuação dos supermercados e as possibilidades de parceria nos programas de combate à fome.

WB

18/12/00